

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR PARA ELEVAR O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E COMBATER O ABANDONO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE CAMPOS LINDOS (TO)

Rosalia de Sousa Lima Costa ¹

RESUMO

O artigo faz uma análise de dados do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Campos Lindos, Estado do Tocantins, focalizando a realidade do IDHM- educação com o objetivo de compreender se o alto PIB influencia no crescimento do IDHM. No intuito de compreender os baixos índices no IDHM da área estudada promove-se um exame de problemas enfrentados pelas escolas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesse município. O texto debate a realidade da gestão educacional, desvelando, por meio de dados numéricos, que esse é o principal fator que ocorre para o baixo IDHM do território mais conhecido do agronegócio, no Estado do Tocantins. O estudo realizado teve como objetivo compreender dificuldades que levam alunos trabalhadores que frequentam as duas escolas da cidade, a tomar a decisão de abandonar a EJA para desenvolver atividades nas grandes fazendas de produção em larga escala. O texto traz uma abordagem sobre os problemas existentes no cenário educacional, focalizando a realidade vivencial e estrutural das duas escolas públicas de Campos Lindos.

Palavras-chave: IDHM, gestão, educação, EJA.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda os problemas enfrentados pela educação no município de Campos Lindos, Estado do Tocantins. O estudo enfatiza a realidade que as escolas enfrentam por não poderem exercer sua autonomia na gestão escolar. Por ser assim, nossas reflexões norteiam-se pela seguinte pergunta: Quando os administradores públicos permitirão à escola exercer sua gestão com eficiência e equidade?

O artigo analisa o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município já referido, com ênfase sobre um dos critérios utilizados para o crescimento do IDHM, que são os dados voltados à dimensão educação. Confrontado com a realidade do IDHM-educação, foi realizado um levantamento de dados, nas duas escolas da cidade, que ofertam a Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma escola pertence à rede estadual e outra à rede municipal. O artigo aborda os problemas existentes no cenário educacional, focalizando a realidade das escolas, que ofertam o segmento EJA e os desafios enfrentados pelos trabalhadores que abandonaram a modalidade para ser inseridos nas grandes fazendas voltadas ao agronegócio no território de Campos Lindos.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Cultura e Território – Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus de Araguaína.

A pesquisa foi realizada com a abordagem qualitativa, com a utilização de dados numéricos. Esses dados possibilitaram o levantamento de informações para a compreensão do objeto analisado. Na pesquisa qualitativa, segundo Teixeira (2014, p. 137), “o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e compreensão”. O estudo proporcionou uma análise interdisciplinar do problema, favorecendo, assim, a exploração dos conceitos de gestão educacional, no âmbito do território das escolas de Campos Lindos. Foram coletados dados referentes ao IDHM, tendo-se como foco a educação.

Para entendimento do problema do objeto envolvido, com ênfase voltada às ações educacionais, foram coletados dados numéricos das duas escolas da cidade. Nesse contexto, Pombo (2006, p. 234) assegura que “a interdisciplinaridade passa, não tanto pela concertação prévia de uma metodologia, mas pelo convite à convergência de perspectivas em torno de um determinado objeto de análise”. Diante dessa afirmação, é possível evidenciarmos que a interdisciplinaridade nos coloca diante de novas possibilidades de compreensão dos reais problemas que envolvem uma área de estudo.

CAMPOS LINDOS – SEU CONTEXTO ADVINDO DO AGRONEGÓCIO

Para compreendermos a realidade vivencial do contexto escolar, é necessário discorreremos sobre a cidade de Campos Lindos. O território camposlindense está localizado no norte do Estado do Tocantins e, de acordo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, possui 8.139 habitantes, em uma extensão territorial de 3.255,57 km², e uma média de 2,51 hab/km². Com a perspectiva de implantar um projeto voltado para o agronegócio, o governo do Tocantins escolheu o lugar para instalação da sede municipal e comandou a elaboração da planta da cidade, onde considerou que seria um dos lugares mais promissores do estado. É citado por Cerqueira (2013) que “a potencialidade econômica dos solos da região, aliada à beleza paisagística e aos interesses pessoais do Governador, foram os elementos determinantes para a fundação da cidade”. O território possui um crescimento positivo nos números que envolvem o PIB. Conforme dados do Boletim de Conjuntura do Estado do Tocantins (2016), organizado pela Federação da Industrial do Estado do Tocantins (FIETO) “Campos Lindos produziu em 2014 um total entre 40.000 a 41.800 hectares de milho e 73.000 hectares de soja”. Informações do IBGE de 2010,

revelam que Campos Lindos alcançou, em 2016, a 17ª posição, de 139 municípios, com o PIB a preços correntes no Tocantins, e a 1.974ª, de um total de 5.570 municípios brasileiros.

O município de Campos Lindos tem a função de ser o principal território voltado para a produção de soja e de milho no Tocantins, possuindo o título de “a terra da soja”, e ocupando rankings importantes na produção de grãos do país. Isso decorre do fato de, a produção agrícola ser exportada para outros estados brasileiros e até mesmo para outros países. Essa realidade favorece um crescimento elevado do PIB da cidade, no entanto, constata-se que o volume do PIB não determina antes pouco favorece o quanto a seu desempenho na classificação do IDHM.

A ANÁLISE DO IDHM E A REALIDADE DO IDHM-EDUCAÇÃO

De acordo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida composta de indicadores de saúde, educação e renda” (PNUD, 2012). O resultado do IDH varia entre 0 e 1, tendo o seu resultado voltado para os países. Baseada nos métodos de análises do IDH é realizada a coleta de dados para a aquisição do IDH-M. O PNUD afirma que o IDH-M é uma análise mais local da renda, educação e longevidade perfazendo, assim, uma junção de dados, a qual determina o valor do IDH-M dos municípios do país (PNUD, 2012). O IDHM de Campos Lindos, na análise do censo de 2010, foi divulgado no nível baixo, colocando a cidade no 138º lugar no ranking dos 139 municípios tocantinense, adquirindo o valor de 0.544 (IBGE, 2010)

Nos três censos realizados no município comprova-se que o crescimento do IDHM, desde sua criação até o último censo realizado, com um grande avanço nos indicadores da renda e da longevidade da população. É possível afirmar que, mediante as análises dos dados, o principal fator que contribui para que o índice de Campos Lindos esteja no final do ranking tocantinense são os resultados do IDHM- educação. Isso confirma também que é preciso um olhar mais criterioso por parte do poder público, especificamente em relação ao planejamento e à vivência das políticas educacionais.

Os dados obtidos para o resultado do IDHM-educação mostram um crescimento, porém lento, do desenvolvimento educacional local. Em análise é possível compreender que a educação iniciou, em 1991, com o resultado mais negativo quanto aos três critérios analisados. No referido ano, foi realizado o registro de 0,010, seguindo para 0,126, em 2000, e para 0,377, no ano de 2010. O índice teve um crescimento de 33,32% de pessoas com 18 anos ou mais, com ensino fundamental completo, sendo que no censo de 1991, esse público era de

0,33%. O maior crescimento refere-se às pessoas de 11 a 13 anos que estavam nos anos finais do ensino fundamental regular/seriado ou com o ensino fundamental completo, obtendo-se, assim, 67,17%, desse público que conseguiram concluir o estudo no tempo certo e com a idade prevista, conforme planejamento estratégico do MEC.

A maior preocupação se dá em relação às pessoas com idade de estar na EJA, de forma que, de 2000 para 2010, a diferença de crescimento foi pouco mais de 21% para o público de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e 12,39% para jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. A análise dos dados do IDHM-educação nos comprova que são os percentuais que envolvem jovens e adultos que estão tornando mais lento crescimento da educação. E esse fator ocorre para que o IDHM apresente um valor mais baixo. Quando nos reportamos à realidade de outros municípios do Tocantins, fica visível o lento crescimento dos índices, em face de sua realidade econômica e financeira.

O TERRITÓRIO ESCOLAR FAVORECE A MELHORIA DOS ÍNDICES?

Para compreendermos mais detalhadamente a realidade da educação desse território tocantinense, é preciso focalizar a realidade vivencial das duas principais escolas públicas de Campos Lindos: a escola municipal e a escola estadual. A unidade escolar da rede municipal, situada na sede do município, atende à educação infantil, a todo o ensino fundamental e ao segundo segmento da EJA. Sua infraestrutura está fora dos padrões que são exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Diante da realidade populacional, a escola não possui estrutura física suficiente e eficiência, para abrigar todos os alunos matriculados, fazendo com que a Secretaria Municipal de Educação de Campos Lindos alugue, há muitos anos, prédios particulares para acomodar todos os educandos, ainda que não apresentem estrutura física dentro dos padrões exigidos pelo MEC.

Uma das maiores necessidades da escola municipal é a falta de uma biblioteca escolar para subsidiar os trabalhos dos docentes e dar apoio à aprendizagem dos educandos. Todos os acervos bibliográficos ficam espalhados por algumas salas do administrativo da unidade escolar, dificultando, assim, o acesso. A escola não possui sala de informática, os poucos computadores de que dispõe, são utilizados apenas para apoio ao trabalho da coordenação pedagógica e secretaria, não havendo computador para suprir as necessidades dos alunos. Necessário ressaltar que, a unidade escolar recebeu do MEC, nos anos de 2006, 2008 e 2010, máquinas para instalação de um laboratório de informática. Posteriormente, foi contemplada

com o Programa Banda Larga na Escola (PBLE), com o intuito de apoiar o desenvolvimento do trabalho pedagógico, mas, por falta de manutenção, os computadores não funcionam, tendo continuidade apenas o sinal de internet.

A escola estadual possui uma estrutura um pouco mais adequada, mas atende, apenas, parte da demanda do ensino fundamental, do ensino médio regular e do terceiro segmento da EJA. Sua estrutura está dentro dos padrões exigidos pela Secretaria da Educação do Tocantins (SEDUC). Dispõe de sala de informática, com 20 máquinas bem antigas, mas em funcionamento, à qual os professores levam os alunos para realização de pesquisas: os computadores estão conectados à internet por meio do PBLE. A biblioteca escolar é autorizada e funciona com atendimento à comunidade escolar em dois turnos. Vale ressaltar que o número de livros é pouco, se considerado o quantitativo de alunos. Válido ressaltar também que, em 2012, a unidade escolar sofreu um incêndio, perdendo todo o acervo bibliográfico, que possuía há décadas. Há também, na escola estadual, um grande problema dentro de algumas salas de aulas, que são goteiras no teto. A estrutura de parte do prédio é bastante antiga, e suas condições de cobertura estão com sérios problemas de vazamento de água (no período chuvoso) e comprometimento da madeira de sustentação do telhado.

A Lei nº. 9394/96, Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), enfatiza a necessidade da democratização e da autonomia pedagógico-administrativa e financeira das escolas. Assim, o artigo 15 dessa lei, preceitua que:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro (BRASIL, 1996, não paginado).

A LDB assegura que é necessário que os sistemas de ensino preconizem a autonomia às escolas, pedagogicamente, administrativamente e financeiramente. Diante essa afirmação, Gonçalves (2018, p. 97), “a gestão educacional é expressa por meio da organização dos sistemas de ensino, sendo permeada pelas condições de implementação, que demandam disponibilidade financeira, recursos humanos e outras condições materiais e imateriais”. Com o intuito de vivenciar as exigências da LDB, e buscando propiciar mecanismos de autonomia para as escolas da rede pública do Tocantins, foi instituída, no Plano Estadual de Educação, com vigência de 1997 a 2006, a criação do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada. O programa descentraliza recursos advindos do MEC, dispensando responsabilidade e autonomia administrativa, jurídica e financeira às escolas estaduais do Tocantins, conforme nos afirma Carvalho (2005, p.99) que:

O respaldo legal para isto se encontra na Lei nº. 1038/98, que prevê que as instituições de ensino do Estado, desde que observadas às normas vigentes, poderão: elaborar seus projetos e planos; realizar gestão de seu pessoal e recursos financeiros; interagir com a comunidade e com as famílias; propiciar a participação das AAEs no planejamento e execução dos recursos; prestar contas dos recursos aplicados à Seduc.

Diante da citação acima, é importante elucidarmos que a escola estadual possui uma organização com um pouco mais de estrutura que a escola municipal, devido à autonomia proporcionada pelo programa anteriormente referido, ficando a cargo da SEDUC os repasses financeiros para a associação de apoio da escola, assim como a responsabilidade com a folha de pagamento dos servidores, e a construção e ampliação do patrimônio público escolar.

Em que pese à autonomia assegurada pela LDB, ambas as escolas enfrentam inúmeros problemas, que contribuem para o baixo índice dos resultados pedagógicos planejados como a ingerência político - partidário local, que tem o intuito de “comandar” os cargos existentes na esfera educacional. Essa realidade vivenciada pelas escolas é compreendida por Hall (2005, p. 74) para quem “cada vez mais, os indivíduos recorrem a esses vínculos e estruturas nas quais se inscrevem para dar sentido ao mundo, sem serem rigorosamente atados a eles em cada detalhe de sua existência”. Nesse sentido, é tido como hábito cultural, tanto em nível municipal quanto estadual, o envolvimento de políticos em nomeações de servidores das escolas, o que, reafirmamos, contribui negativamente para o resultado obtido no IDHM - educação em Campos Lindos.

Ressalta-se que, diferentemente do que acontece com a escola estadual, a escola municipal não pode vivenciar nenhuma autonomia em sua gestão. É importante destacar que, todas as suas ações jurídicas e financeiras são totalmente desenvolvidas pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Campos Lindos. Há um total isolamento na participação da Secretaria Municipal de Educação na aplicação dos recursos públicos voltados para a pasta, ficando a mesma responsável apenas pelo gerenciamento das ações pedagógicas, favorecendo, assim, um controle total por parte do chefe do executivo da cidade, que determina até mesmo onde serão lotados os professores.

Essa realidade nos comprova que não é efetivado, o que exige a LDB sobre a necessidade da democratização e da autonomia pedagógico-administrativa e financeira das escolas de Campos Lindos. Mediante essa situação, são explicitadas relações de poder que envolvem a educação local. Segundo afirma Hall (2005, p. 16), que “uma estrutura deslocada é aquela cujo centro de poder é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por uma pluralidade de centros de poder”. Nesse sentido, há um deslocamento por parte do poder

público, quando não permite que, nem a Secretaria Municipal de Educação nem a escola municipal tenham a autonomia administrativa, pedagógica e financeira necessária e assegurada pela LDB.

Para compreendermos os danos que são causados à escola pelo modelo de gestão utilizado em Campos Lindos, realizamos um levantamento de dados numéricos utilizando registros contidos em documentos das duas escolas da cidade, sob a forma de fichas, relatórios e arquivos de computador. Os dados foram coletados entre os anos de 2008 e 2018, observando o número de matrículas, abandonos, aprovações e em cada um dos períodos ofertados pelas unidades de ensino voltadas aos segmentos da EJA.

Na escola da rede municipal, o levantamento constou, entre os anos de 2008 e 2018, o registro de 1.186 alunos matriculados no 2º segmento da EJA, uma média de 118 alunos/ano. Nos últimos dez anos, a média de aprovação foi de 60%, o percentual de reprovação corresponde a 10%, e 30% dos alunos abandonaram os estudos. A escola estadual, por seu turno, matriculou nos últimos 10 anos, 539 alunos no 3º segmento, obtendo, assim, uma média de 54 alunos/ano. Foi observado, na análise, que a média percentual de aprovação anual foi de 84,1%, a de reprovação 3,5% e 12,4% de abandono.

Os dados encontrados das duas escolas nos comprovam os grandes problemas evidenciados em reprovação e abandono dos alunos da EJA. O estudo encontrou dados que visualiza a realidade vivenciada, pelas duas escolas, especificamente, pelo abandono e, posteriormente, a reprovação, no entendimento de compreender quais motivos levam os alunos que são trabalhadores a se evadirem. Os resultados evidenciam um grande índice de reprovação e de abandono nas duas escolas, sendo o problema mais grave na rede municipal.

É possível compreender que a situação que aflige a vivência da modalidade, na rede municipal, é a falha visível na gestão da educação. Para Bordignon e Gracindo (2009, p.147) “analisar a gestão da educação, seja ela desenvolvida na escola ou no sistema municipal de ensino, implica em refletir sobre as políticas da educação”. De acordo os autores, é pertinente que sejam observados, analisados e vivenciados, com transparência, os direitos e os deveres exigidos em lei para subsidiar a qualidade da educação.

A escola estadual, mesmo com um resultado inferior da escola municipal, possui dados numéricos que são preocupantes, diante da realidade de que todos os alunos que são matriculados, na EJA, já são maiores de idade e que, efetivamente, já possuem uma compreensão das demandas exigidas pelo mercado de trabalho quanto à escolaridade e

também possuem conhecimento dos direitos e deveres dos órgãos da educação em propiciar estrutura, ensino e organização adequada à sua realidade.

Na visão de Haddad e Di Pierro (2000, p. 108), “a ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos”. Nos dias atuais, é preocupante a realidade na qual trilha a EJA, tendo a vista às muitas mudanças, pelas quais, passou essa modalidade de ensino, sendo conquistada a lentos passos, seu espaço, dentro da história do país. Diante dessa realidade da educação de Campos Lindos, os subsídios que são oferecidos aos seus interlocutores, enquanto alunos, a realidade de vida que eles enfrentam para frequentar a escola, é preciso compreender e levar em consideração o que Freire (2007, p. 98-99) enfatiza quando afirma:

As elites dominadoras, na sua atuação política, são eficientes no uso da concepção ‘bancária’ (em que a conquista é um dos instrumentos) porque, na medida em que esta desenvolve uma ação apassivadora, coincide com o estado de ‘imersão’ da consciência oprimida. Aproveitando esta ‘imersão’ da consciência oprimida, estas elites vão transformando-a naquela ‘vasilha’ de que falamos e pondo nela slogans que a fazem mais temerosa ainda da liberdade.

Para compreendermos melhor a colocação de Freire, elucidemos quem são as elites dominadoras. Evidentemente que, no contexto atual da EJA, o modo de vida do público que a frequenta, podemos citar que se encaixam nessa definição, o poder público, o qual conduz a gestão educacional em Campos Lindos. O sistema educacional de ensino, especificamente o municipal, não pode deixar de ser responsabilizado pelo fato de não propiciar, diretamente, em suas políticas públicas, mecanismos que favoreçam as escolas no desenvolvimento, com qualidade e equidade, das ações voltadas para o ensino.

A EJA E A GESTÃO EDUCACIONAL – O PONTO CENTRAL PARA MELHORAR O IDHM DE CAMPOS LINDOS

O estudo realizado remete-nos compreensão de que é necessário que as escolas detenham autonomia quanto às suas atribuições, funções e necessidades. Nessa perspectiva, há o entendimento de que os modelos de gestão vivenciados pelas escolas influenciam no desempenho escolar dos educandos. A falta de estrutura nas escolas e as condições das salas de aulas que são disponibilizadas para a rotina dos alunos da EJA desmotivam-nos para prosseguir com o sonho de concluir os estudos.

De acordo as necessidades estruturais da EJA e mediante a vivência do que é favorecido para esse público nas leis educacionais, é pertinente um olhar com critérios voltados totalmente aos segmentos dessa modalidade, com o intuito de atingir, a médio prazo, um crescimento que favoreça o combate na reprovação e abandono entre esse público. Nessa perspectiva, Freire (2009, p. 99) afirma:

Por isto é que não podemos, a não ser ingenuamente, esperar resultados positivos de um programa, seja educativo num sentido mais técnico ou de ação política, se, desrespeitando a particular visão do mundo que tenha ou esteja tendo o povo, se constitui numa espécie de ‘invasão cultural’, ainda que feita com a melhor das intenções. Mas ‘invasão cultural’ sempre.

Compreendemos que, em razão de abandono vivenciado por esses alunos, ao longo dos últimos 10 anos – hoje trabalhadores -, haverá um crescimento dos índices negativos, no próximo recenseamento da cidade. De acordo como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o cálculo do IDHM considera os dados de escolarização das pessoas acima de 15 anos de idade, por isso abarcando o público inserido na EJA.

São grandes as adversidades encontradas pelos trabalhadores/alunos da EJA. As realidades vivenciais, em determinados períodos de suas vidas, os levam a fazer escolhas que serão fator determinante para o seu futuro. Mediante essa realidade, Hall (2009, p. 140) afirma que:

Não se deve permitir que o fato de homens poderem se tornar conscientes de suas condições, se organizar para lutar contra elas em até mesmo, transformá-las – sem o que é impossível conceber, muito menos praticar, qualquer política ativa – apague a consciência de que, nas relações capitalistas, homens e mulheres são colocados e posicionados em relações que os constituem como agentes.

A citação acima nos remete ao entendimento de que é necessário colocar os interlocutores à frente dos interesses que não são de cunho educacional. Torna-se evidente que, nas circunstâncias por quais se encontram, esses homens e mulheres, com a falta de um trabalho, moradia sem estrutura física e problemas de saúde, se veem obrigados a sair da escola, ou seja, por forças das condições que lhes são impostas, abdicam-se da continuidade dos estudos na EJA. Essa decisão favorece a continuidade dos péssimos resultados do IDHM-educação, pois esses sujeitos participarão do recenseamento e colaborarão negativamente com os dados educacionais. Nesse sentido, há a existência de rupturas com as formas de condução da educação no território citado. Hall (2009, p.123) assegura que “[...] a articulação complexa entre pensamento e realidade histórica, refletida nas categorias sociais do pensamento e na contínua dialética entre ‘poder’ e ‘conhecimento’, que rupturas são dignas de registro”.

Para a compreensão do que acontece no território escolar em Campos Lindos, podemos afirmar que a educação é visualizada como rizoma e a escola é compreendida como árvore. Nesse sentido, Haesbaert (2006, p.113) destaca que:

A árvore remete-se a centros de poder, à hierarquia, estruturas e relações binárias e biunívocas, enquanto o rizoma é uma proposta de construção do pensamento onde os conceitos não estão hierarquizados e não partem de um ponto central, de um centro de poder ou de referência aos quais os outros conceitos devem se remeter.

Nesse contexto, Gonçalves (2018, p. 96) afirma que “discutir a gestão escolar, na atualidade, implica apreender os significados dos princípios que asseguram a gestão democrática como descentralização e autonomia”. Nesse sentido, é pertinente compreender que a gestão escolar vivencia muitos problemas devido às muitas colocações hierárquicas que lhe enraízam, dificultando todo o desenvolvimento organizacional e pedagógico. É importante informarmos que, as colocações hierárquicas são as várias funções de profissionais, tais como secretários, diretores e demais servidores, nos órgãos educacionais.

Os alunos e trabalhadores inseridos na EJA, passam, de certa maneira por mudanças em seus territórios, sentem-se deslocados de suas realidades para poder vivenciar o que é preconizado no mundo do agronegócio, passando, assim, a se alocar em outros territórios. Nesse aspecto, faz-se importante a afirmação de Haddad, (2017, p. 40) referente aos interlocutores que frequentam a EJA de que “reconhecê-los como sujeito de direitos significa reconhecê-los como atores sociais, agentes desse processo: significa ampliar a capacidade de participação social na defesa de seus direitos [...]”.

A realidade desses trabalhadores, que vivenciam o dia a dia sem ter um apoio por parte de políticas e ações públicas que facilitem especificamente a continuidade dos estudos, vem ao encontro do que é compreendido por Haesbaert (2006, p.367) sobre o que desterritorializa de fato “é justamente esse afastamento ou fragilização do Estado e a consequente onipotência de uma economia “flexível”, “fictícia”, especulativa e/ou “deslocalizada”. É afirmado por Haesbaert (2006, p. 116) que “uma sociedade, antes de ser definida por suas contradições, como na linguagem marxista, é definida pelas linhas de fuga que afetam massas de todo tipo pelos pontos ou fluxos de desterritorialização”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado referente à realidade da educação no território envolvido nos remete à percepção de que é preciso que haja um planejamento efetivo, em curto, em médio e

em longo prazo na forma de condução tanto pela Secretaria de Educação quanto pelos órgãos que têm a função de fiscalizar o desenvolvimento dessa pasta, com o intuito de favorecer melhoria nos resultados que subsidiem o IDHM-educação. Conseqüentemente, com essas mudanças nas vivências das políticas educacionais, as escolas obterão uma maior estabilidade para planejar, executar e vivenciar as ações de seu cotidiano.

Nesse sentido, será proporcionada a liberdade que é esperada pela sociedade, por alunos, pais e trabalhadores em geral, a gerência adequada dos recursos financeiros, dos métodos administrativos, favorecendo, assim, uma maior credibilidade junto à escola. Nessa perspectiva, a gestão escolar estará sempre em total contato e preocupação com o andamento, articulação e organização da estrutura da sua escola. Sob esse entendimento, proporcionadas lotações efetivas e seguras de profissionais em respostas às demandas educacionais e, conseqüentemente, haverá possibilidades de ofertar, aos trabalhadores que ainda estão em salas de aulas da EJA, profissionais com a linguagem adequada, com comprometimento e com o olhar totalmente voltado a esse público.

Para os próximos debates voltados à realidade educacional, sugerimos um estudo eficaz e interligado aos problemas enfrentados pelo conselho municipal de educação, pelo conselho de acompanhamento e controle social do fundo de desenvolvimento da educação do território envolvido, com o intuito de efetivamente compreender e subsidiar esses órgãos com o entendimento de suas atribuições e responsabilidades, pois são eles os primeiros fiscalizadores responsáveis para que a educação, possa ser, de fato, ofertada com qualidade às crianças, jovens e adultos em Campos Lindos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9394/96** – A Nova Lei de Diretrizes e Bases. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1996.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

CARVALHO, Roberto Francisco de. A gestão da educação básica no Tocantins: concepção e lógica do programa escola autônoma de gestão compartilhada. Dissertação de Mestrado. UFG/Faculdade de Educação. Goiânia, 2004.

CERQUEIRA, E. da S. Mudanças decorrentes da expansão da monocultura da soja no estado do Tocantins: Diagnóstico socioeconômico dos municípios de Campos Lindos e Lagoa da Confusão. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 8, n. 9, n.p. 3 fev. 2013. Disponível em:

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9342/7039> . Acesso em: 25 set. 2019.

CIFUENTE, J. E. M. **Agronegócio e Acumulação por Espoliação**: o enclave da soja em Campos Lindos (TO). Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 45.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GONÇALVES, M. T. L. **Formação do Pedagogo para a gestão escolar na UAB/UECE**: a analítica da aprendizagem na educação à distância. 2018. 225 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/EeAYJ6_pT8OYwkKILCb_uw. Acesso em: 27 jul. 2019.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130. mai./ago. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 out. 2018.

HADDAD, S. Educação de Jovens e Adultos, direito humano e desenvolvimento humano. *In*: CATELLI JÚNIOR, R. (org). **Formação e práticas na Educação de Jovens e Adultos – EJA**. São Paulo: Ação Educativa, 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, S. **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte; Ed. UFMG, 2009.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10^a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, [1992] 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Campos Lindos. 2010 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/campos-lindos/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 12 set. 2018.

POMBO, O. Práticas Interdisciplinares. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 08, n^o. 15, p. 208-249 jan./jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000100008. Acesso em: 20 set. 2018.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 11^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TOCANTINS: Caracterização do território...Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019. Disponível em: [http:// atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/17](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/17). Acesso em: 27 set. 2018.